

A fronteira de papel

Publicação: [Cadernos do Lumiar N°5](#)

Data de Publicação: 1995

Analisar as relações entre Portugal e Espanha é sempre, do lado português, um exercício delicado. Fomos habituados durante anos a considerar a Espanha como o eterno inimigo de Portugal, a maior ameaça à independência e à soberania nacional. Foi-nos dito que «de Espanha, nem bom vento nem bom casamento», que os espanhóis têm a «obsessão de corrigir o que consideram a anomalia de um Portugal independente». Foi-nos dito que a nossa identidade nacional se construiu por oposição a Espanha, que estava somente à espera de uma oportunidade. Não é esta a altura indicada para contrariar os receios portugueses face a Espanha, numa perspectiva histórica.

Apesar de todas as tentativas de lhes separar a história, o destino político dos dois países foi sempre paralelo e, nesse sentido, o afastamento acaba por ser mais ditado pelas semelhanças do que pelas diferenças.

Mitos e realidades

Se nos concentrarmos no século XIX e nos princípios do século XX verificamos todo um entrecruzamento de influências e de similitudes de processos históricos: as guerras liberais, as constituições, mesmo os movimentos intelectuais conhecidos como geração de '70 e geração de '90. A interacção entre os processos políticos em Portugal e Espanha é uma constante histórica que se caracteriza, até à definitiva consolidação dos dois regimes autoritários, por uma circulação de ideias e de apoios entre a oposição de um dos países e o governo do outro. O movimento republicano português é fortemente influenciado pela experiência da Primeira República espanhola, tal como, cerca de trinta anos mais tarde, a implantação da República em Portugal deu alento aos republicanos espanhóis.

Paralelamente, os governos respectivos, porque tinham consciência da grande circulação de ideias e do impacto que as mudanças de regime tinham no país vizinho, procuravam apoiar os movimentos que lhes estavam politicamente mais próximos. É assim que a monarquia espanhola apoia as incursões monárquicas durante a Primeira República portuguesa, consciente de que, se o novo regime conseguisse de facto

alcançar a estabilidade e a legitimidade, seria uma fonte de apoio aos republicanos espanhóis. Da mesma forma, Salazar apoia Franco durante a guerra civil de Espanha, consciente de que uma vitória dos republicanos tomaria a ditadura portuguesa mais instável.

Salazar sabia que a manutenção da república em Espanha condicionava o seu próprio poder, não porque receasse uma invasão espanhola, mas sobretudo pelas influências sobre as elites intelectuais que daí poderiam advir, bem como pela possibilidade de a Espanha republicana dar apoio logístico a focos de resistência ao Estado Novo.

Muito mais do que pela ignorância e pelo desprezo mútuo, as relações Portugal-Espanha caracterizam-se então por um forte interrelacionamento socio-político e intelectual que só vai desvanecer-se com a implantação dos dois regimes autoritários que, como lhes é inerente, desenvolveram um discurso nacionalista.

Não deixa de ser curioso, porém, que um dos momentos mais marcantes do desenvolvimento do discurso nacionalista português, a reacção ao Ultimato, em 1890, que permitiu aos republicanos apoderar-se de um discurso profundamente nacionalista que associou a decadência de Portugal à monarquia, tenha sido elaborado contra o nosso aliado de sempre, a Inglaterra, e não contra o nosso inimigo de sempre, a Espanha. O discurso nacionalista português (em termos do moderno nacionalismo desenvolvido no século XX), ao contrário do ideário posteriormente veiculado pelo Estado Novo, foi essencialmente anti-britânico, e o que estava em causa era a manutenção das colónias e não a soberania ou a independência da metrópole.

Passada esta reacção anti-britânica, no entanto, o discurso nacionalista português acaba por se transformar numa cruzada contra a Espanha e, mais concretamente, contra as tentativas de união ibérica, esquecendo ou omitindo que essas tentativas foram protagonizadas pelos dois países. A política de casamentos sucessivos entre as duas casas reais não poderia ter outro desígnio que não a concentração dos dois reinos sob o mesmo rei. Os momentos míticos identificados nos manuais de História de Portugal na sua relação conflitual com Espanha - mais concretamente com Castela - tiveram na sua origem situações em que o trono português tinha herdeiros legítimos em Espanha. Como dizia Renan, «l'essence d'une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses». Os nacionalistas portugueses tiveram que esquecer a origem dos sessenta anos de dominação filipina: Filipe II era herdeiro legítimo do trono português. Tiveram igualmente que esquecer que entre 1580 e 1640 vigorou na Península Ibérica uma união dinástica

(um rei, dois reinos). Também frequentemente ignorada é a oferta do trono espanhol a D. Luís, em 1868, que acabou por recusá-la devido às pressões inglesas.

A clarificação em relação ao discurso nacionalista português não significa que, de facto, não tenham existido tentativas e vontades anexionistas espanholas. Eduardo Lourenço refere que alguns historiadores espanhóis, como Claudio Sárchez Albomoz, consideram a existência de Portugal como mero acidente histórico. Sem dúvida que esta ideia esteve presente no espírito de muitos espanhóis, como o demonstram os projectos de Godoy em 1807 e de Afonso XIII.

As características dos regimes autoritários dos dois países são mais do que suficientes para explicar que perdurem, até hoje, grandes dificuldades de relacionamento. Ambos se caracterizaram pela escolha do isolamento internacional, apesar de Portugal ter começado a participar muito mais conhecido e cedo do que a Espanha em organizações multilaterais. O «orgulhosamente sós» de Salazar tinha o seu correlato em Franco, com uma concepção autárquica do desenvolvimento de cada um dos países. Para além do carácter nacionalista dos regimes, o isolamento tinha razões mais concretas: a guerra civil de Espanha fez com que o regime espanhol fosse ostracizado por muitos países, enquanto para Portugal a causa desse ostracismo foi a manutenção das colónias e, mais tarde, o eclodir da guerra colonial.

A relação entre Portugal e Espanha, durante as ditaduras, não é predominantemente conflitual, caracterizando-se sobretudo pela desconfiança portuguesa em relação a Espanha, real ou de retórica, enquanto do lado espanhol predomina o alheamento. De qualquer forma, fundamental é salientar que a permanência desta relação de «costas voltadas» tem como principais responsáveis os regimes que vigoram nos dois países.

Transição e consolidação da democracia

Se a atitude tradicional de Portugal em relação a Espanha se caracteriza sobretudo pela desconfiança, a atitude de Espanha em relação a Portugal caracteriza-se sobretudo pela ignorância e mesmo por um certo menos-prezo. Exemplo significativo deste último é a forma como os espanhóis esqueceram a influência portuguesa no seu próprio processo de transição para a democracia.

O desencadear do movimento revolucionário a 25 de Abril de 1974 teve um grande impacto nas autoridades espanholas, que procuraram sublinhar a especificidade do caso português, não repetível em Espanha. No entanto, o próprio Franco estava consciente de que «a fronteira é uma parede de papel, pelo que se um país se vir

envolvido em chamas, inevitavelmente o fogo propagar-se-á ao outro» . Também as novas autoridades portuguesas estavam conscientes da necessidade de não hostilizar o governo espanhol. Assim, a estratégia seguida por ambas as partes foi a manutenção das relações bilaterais ao mesmo nível. O governo de Franco reconhece rapidamente a Junta de Salvação Nacional e as autoridades de Lisboa esforçam-se por tranquilizar Madrid, rejeitando as teses da «exportação da revolução». Esta atitude prudente dos dois países é plenamente demonstrada pela manutenção do Pacto de Amizade e Não-Agressão entre Portugal e Espanha (assinado por Salazar e Franco em 17 de Março de 1939), mais conhecido como Pacto Ibérico; ou seja, mantém-se a retórica da permanente e secular amizade entre os povos, sem que isso tenha qualquer tradução prática.

Com a radicalização do processo português, a partir do 28 de Setembro de 1974, crescem as preocupações das autoridades espanholas, que desejavam tudo menos a instauração de um regime comunista em Portugal. Ao contrário da tese defendida por Kissinger - Portugal poderia ser a vacina da Europa ocidental em relação ao comunismo - as autoridades espanholas tinham muito que recear da influência de um tal regime sobre o seu país, assim se justificando o apoio que prestaram à extrema-direita portuguesa. A preocupação espanhola vai aumentar ainda mais com o assalto às suas representações diplomáticas em Lisboa e no Porto, a 27 de Setembro de 1975. A reacção dos dois governos é extremamente cautelosa, procurando salvaguardar ao máximo as relações institucionalizadas.

O governo espanhol teve igualmente que se preocupar com o impacto do 25 de Abril na oposição espanhola, não só porque poderiam existir tentativas de mimetismo do processo português mas também porque a Espanha inicia, após a morte de Franco, em 1975, o seu próprio processo de transição. A atenção ao processo português justifica, por exemplo, a abertura concedida ao PSOE a partir de 1975. As autoridades espanholas aprenderam com Portugal a importância dos socialistas para travar os comunistas e a extrema-esquerda, compreendendo que uma abertura progressiva aos sectores da esquerda democrática poderia impedir a ascensão de elementos mais extremistas.

Assim, e tal como acontecera noutros períodos da História, as estruturas políticas dos dois países conhecem uma forte interacção, condicionando a evolução das relações bilaterais.

Em 1977, a influência directa dos regimes democráticos faz-se sentir nas relações bilaterais, como o demonstra a assinatura do novo Tratado de Amizade e Cooperação, que veio substituir o Pacto Ibérico. No entanto, o rumo e ritmo das relações só virá a ser

substancialmente alterado quando os dois Estados entrarem na fase de consolidação da democracia, afastados os perigos de extremismos de direita ou de esquerda. No principio dos anos oitenta, Portugal e Espanha entram plenamente na fase de consolidação dos regimes democráticos. Em 1982, em Portugal, é feita a primeira revisão da Constituição elaborada após o 25 de Abril, que decreta a extinção do Conselho da Revolução, entidade militar que até ai tinha um grande poder no processo político português.

Com o fim da intervenção activa dos militares na política, a democracia portuguesa entra numa nova fase, afastadas que estão as grandes divisões internas que, desde 1974, dominavam o regime. No mesmo ano, em Espanha, o PSOE consegue a maioria absoluta nas eleições de 28 de Outubro. A chegada ao poder dos socialistas, menos de dez anos após a morte de Franco, foi uma manifestação clara da maturidade alcançada pela democracia.

Estão assim criadas as condições internas básicas para o desenvolvimento das relações entre Estados vizinhos. No entanto, o factor crucial para a evolução das relações luso-espanholas, em termos económicos e comerciais, em termos políticos e mesmo sociais, foi a integração europeia.